

O 5.º CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMISTAS, REJEIÇÃO DA ATUAL POLÍTICA ECONÔMICA

*Reinaldo A. Carcanholo **

Nos dias 15 a 18 de novembro de 1983, realizou-se em Curitiba o 5.º Congresso Brasileiro de Economistas, cujo tema foi "A Crise da Economia Brasileira", com a presença de aproximadamente 2.000 participantes de todo o país.

Sem dúvida nenhuma, o fato mais importante – e talvez até surpreendente – foi o consenso dos economistas brasileiros presentes, na condenação da política econômica do regime. Na verdade, as conseqüências da mesma manifestam-se não só num grau ainda maior de exploração dos trabalhadores e na miséria crescente de amplos setores populares, mas chegam também a colocar em perigo a própria lógica da sociedade capitalista local e as regras mínimas de convivência social. É bem provável que isto, pelo menos em certa medida, explique aquele consenso.

A Carta de Curitiba, documento final do Congresso, no seu conteúdo, expressa o sentimento generalizado de condenação da política econômica atual, da subordinação ao FMI e, mesmo, do modelo econômico vigente, que levam ao limite da miséria absoluta, grande parte da população brasileira. Lamentavelmente, na sua forma, a Carta de Curitiba não conseguiu transmitir, com toda a precisão e adequada expressividade, o conteúdo dos Relatórios das diferentes comissões ("mesas"), dos quais pretendia ser um resumo. Em outras palavras, pensamos que a Carta de Curitiba, talvez por uma excessiva e apressada preocupação lingüística, transformou-se num reflexo pálido do grau de oposição dos economistas ao modelo e à política econômica vigentes. É por essa razão, que convém dar a conhecer o conteúdo dos Relatórios aprovados nas Mesas, documentos oficiais do Congresso, lidos e intensamente aplaudidos no plenário geral, recebendo assim aprovação dos presentes.

É importante destacar também, que a grande imprensa nacional não deu divulgação suficiente ao evento e aos resultados obtidos nas discussões sobre a "Crise da Economia Brasileira"; tampouco, às moções aprovadas que responsabilizam os altos funcionários economistas do governo federal e às que repudiam a ocupação norteamericana de Granada e a intervenção imperialista em vários países.

Todos os economistas têm como tarefa, contribuir para que, no próximo Congresso, o documento final seja uma fiel expressão, não só no seu con-

* Coordenador do Mestrado em Economia da UFPb, Campus II – Campina Grande, e Presidente da Mesa 1 (Questão Agrária) no 5.º Congresso Brasileiro de Economistas, 15 - 18/11/1983, Curitiba.

teúdo, mas também na sua forma, do real sentimento de rejeição do povo brasileiro ao modelo econômico atual; também, para que seja dada a maior divulgação possível às suas conclusões.

Para contribuir na tarefa de divulgar adequadamente os resultados do 5.º Congresso, nesta ocasião consideramos oportuno apresentar o "Resumo do Relatório da Mesa 1 (Questão Agrária)".

5.º CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMISTAS RESUMO DO RELATÓRIO DA MESA 1: A QUESTÃO AGRÁRIA

"Como resultado de dois dias de debates, o plenário da Mesa 1, "A Questão Agrária", chegou às seguintes conclusões adotadas por consenso no que se refere ao seu conteúdo.

"A gravidade da crise econômica pela qual passa o país, apresenta dramáticas conseqüências, especialmente no que se refere ao abastecimento dos produtos que atendem as necessidades mínimas da população, ao agravamento da miséria crescente no campo e também nas cidades e, inclusive, no perigo de generalização da fome absoluta.

"Neste sentido, concluiu sobre a necessidade de propor algumas medidas que chegariam a constituir um programa de emergência e que se indicam posteriormente.

"No entanto, a apresentação de um programa desse tipo não pode desviar a atenção da opinião pública para o fato de que a gravidade do momento atual, que põe em risco a sobrevivência de regras mínimas de convivência social, é de responsabilidade não só da desastrosa política econômica implantada recentemente, mas também do modelo econômico imposto à nossa sociedade nos últimos vinte anos. Por isso, reconheceu a necessidade de manifestar-se, também, sobre um conjunto de medidas de transformação estrutural, que se indicam ao final deste documento.

"O atrelamento da política econômica do governo às imposições do FMI, manifestação nunca antes tão inequívoca da nossa dependência, só tem agravado a dramática situação de todo o povo, especialmente dos trabalhadores e dos setores mais carentes. Essa submissão é tão grave, que a política agrícola antes existente, embora criticável, foi absolutamente desestruturada. A necessidade da criação de superavit, imposição a que se submete o governo, implicou a utilização dos estoques de produtos básicos para a exportação, criando uma crise sem precedentes no abastecimento interno, gerando uma exacerbada elevação nos preços e aproximando perigosamente da fome absoluta, amplos setores da população.

MEDIDAS IMEDIATAS

"Trata-se de um conjunto de medidas urgentes que permitem atenuar as graves conseqüências da crise, especialmente sobre os setores mais carentes da sociedade. Entre elas, encontram-se as seguintes: estabelecimento ou amplia-

ção de frentes de trabalho, auxílio desemprego, adequado abastecimento de produtos básicos, reajuste adicional de salários e eliminação de ações oficiais que implicam expulsão de pequenos produtores da terra.

“As medidas imediatas desse tipo, embora apresentem caráter emergencial, devem transformar-se em conquistas populares permanentes.

MEDIDAS PARA UMA TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL

“O reconhecimento de que o modelo econômico brasileiro, do último período, é o responsável pela crise atual, implica na proposição de um conjunto de medidas. Entre elas: reforma agrária, ampla, massiva, imediata, regionalmente qualificada e sob controle dos trabalhadores, através de suas organizações; formulação de uma política agrícola global que atenda os interesses da maioria da população, e que privilegie a criação de emprego, que apoie e incentive as formas cooperadas de produção, comercialização e agroindustrialização; implementação de uma política que estimule e garanta o aproveitamento da tecnologia nacional na produção agrícola, substituindo, até a sua eliminação, os pacotes importados.

MOÇÕES

“Finalmente foram aprovadas algumas moções sobre os seguintes temas: ocupação militar do território do Estado soberano de Granada e ameaça de invasão na Nicarágua e em El Salvador; política de planificação familiar no Brasil e sobre aspectos da organização deste Congresso. Essas moções aparecerão como anexo do texto completo do relatório da Mesa n. 1, do qual se extrai o presente resumo.

Curitiba, 18 de novembro de 1983.”